

ENTRE SOLIDARIEDADE E MERCADO: UM MODELO INTEGRADOR DO EMPREENDEDORISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO BRASIL

**BETWEEN SOLIDARITY AND THE MARKET: AN INTEGRATIVE MODEL OF
COMMUNITY-BASED ENTREPRENEURSHIP IN BRAZIL**

Ciências Sociais Aplicadas • 15/10/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/792026905](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/792026905)

Maria Tatiana Tavares Alves¹

Carlos Mauro Benevides Neto²

Thiago Assunção de Moraes³

Luciano Silva Figueiredo⁴

Caio José de Sousa Silva⁵

Luiz Daniel Albuquerque Dias⁶

RESUMO

O empreendedorismo de base comunitária (EBC) opera na fronteira entre a lógica da solidariedade e a lógica do mercado, e é essa tensão constitutiva que este estudo busca compreender, ao sintetizar de forma sistemática e crítica a produção científica brasileira sobre o tema e ao propor um modelo integrador de suas condições de sucesso. Método: revisão sistemática conduzida conforme as diretrizes PRISMA 2020, com apoio metodológico do Cochrane Handbook e do JBI Manual for Evidence Synthesis. Foram consultadas as bases Scopus, Web of Science, ScienceDirect, SciELO, Redalyc, SocINDEX/Sociological Abstracts, EconLit e o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, com resultados consolidados em base combinada e submetidos a triagem de relevância; 29 estudos empíricos publicados entre 2005 e 2023 atenderam aos critérios de elegibilidade e foram avaliados quanto à qualidade metodológica por meio do Mixed Methods Appraisal Tool (MMAT). Resultados: o corpus revela cinco tipologias predominantes de empreendimento — bancos comunitários de desenvolvimento, cooperativas de reciclagem, cooperativas agrícolas, redes de artesanato e iniciativas de turismo de base comunitária —, articuladas por uma matriz comum de princípios da economia solidária (propriedade coletiva, autogestão democrática e valorização territorial). Dos 29 estudos, 13 declaram explicitamente desenho qualitativo e 3 métodos mistos, não sendo possível classificar com segurança o desenho dos demais a partir dos metadados disponíveis; geograficamente concentrados na região Nordeste, reportam impactos positivos e relativamente consistentes nas dimensões econômica, social, ambiental e territorial, condicionados por fragilidades regulatórias, dependência institucional e tensões entre solidariedade e mercado. Conclusão: propõe-se um modelo integrador segundo o qual o EBC configura-se como sistema econômico híbrido cuja efetividade depende de

quatro condições interdependentes — enraizamento territorial, democracia organizacional, articulação em rede e ecossistema institucional favorável —; a ausência de qualquer uma delas tende a deslocar o empreendimento para o polo do mercado, corroendo os princípios solidários que lhe dão identidade. Recomenda-se agenda de pesquisa que priorize desenhos longitudinais, métodos mistos, indicadores padronizados de impacto e análises interseccionais de gênero e raça.

Palavras-chave: empreendedorismo comunitário; economia solidária; desenvolvimento territorial; revisão sistemática; inclusão social.

ABSTRACT

Community-based entrepreneurship (CBE) operates at the frontier between the logic of solidarity and the logic of the market, and it is this constitutive tension that this study seeks to understand, by systematically and critically synthesizing the Brazilian scientific literature on the topic and proposing an integrative model of its conditions for success. Design/methodology: a systematic review conducted according to the PRISMA 2020 guidelines, methodologically supported by the Cochrane Handbook and the JBI Manual for Evidence Synthesis. Scopus, Web of Science, ScienceDirect, SciELO, Redalyc, SocINDEX/Sociological Abstracts, EconLit, and the CAPES Theses and Dissertations Catalog were searched, with results consolidated into a combined database and screened for relevance; 29 empirical studies published between 2005 and 2023 met the eligibility criteria and were appraised for methodological quality using the Mixed Methods Appraisal Tool (MMAT). Findings: the corpus reveals five predominant enterprise typologies — community development banks, recycling cooperatives, agricultural cooperatives, artisan networks, and

community-based tourism initiatives — articulated by a common matrix of solidarity-economy principles (collective ownership, democratic self-management, and territorial valorization). Of the 29 studies, 13 explicitly report a qualitative design and 3 a mixed-methods design, while the remaining studies could not be reliably classified from available metadata; geographically concentrated in Brazil's Northeast region, report positive and relatively consistent impacts across economic, social, environmental and territorial dimensions, conditioned by regulatory fragility, institutional dependency, and tensions between solidarity and market pressures. Originality/value: an integrative model is proposed whereby CBE emerges as a hybrid economic system whose effectiveness depends on four interdependent conditions — territorial embeddedness, organizational democracy, network articulation, and a favorable institutional ecosystem; the absence of any one of them tends to shift the enterprise toward the market pole, eroding the solidarity principles that give it its identity. A research agenda prioritizing longitudinal designs, mixed methods, standardized impact indicators, and intersectional gender and race analyses is recommended.

Keywords: community entrepreneurship; solidarity economy; territorial development; systematic review; social inclusion.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas duas décadas, o empreendedorismo de base comunitária (EBC) consolidou-se como fenômeno econômico e social relevante no Brasil, oferecendo resposta organizada a desigualdades persistentes e à exclusão de amplos contingentes populacionais dos circuitos formais de mercado, crédito e trabalho (Baptista, Zanin, & Combes, 2010; Whistler, 2006). Diferentemente do

empreendedorismo convencional, orientado pela maximização do lucro individual e pela vantagem competitiva, o EBC brasileiro fundamenta-se em princípios de cooperação, propriedade coletiva e empoderamento territorial, adquirindo centralidade em periferias urbanas, comunidades rurais, povos e comunidades tradicionais (Pimenta, Silva, & Santos, 2022; Vidal, Menezes, & Costa, 2005). Esse fenômeno articula-se estreitamente ao movimento da economia solidária, que no Brasil passou, sobretudo a partir da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) em 2003, de experiência dispersa a política pública institucionalizada, configurando um relevante laboratório internacional de experimentação em economias alternativas (França Filho, 2008; Gaiger, 2012).

Apesar da vitalidade empírica do campo — expressa na multiplicação de estudos de caso sobre bancos comunitários de desenvolvimento, cooperativas de catadores, cooperativas agrícolas ligadas a movimentos sociais, redes de artesanato e turismo de base comunitária —, a literatura permanece fragmentada. Predominam sínteses narrativas e análises pontuais de experiências isoladas; até o momento, não identificamos revisão sistemática publicada, com protocolo explícito, fluxograma de seleção e avaliação formal da qualidade metodológica dos estudos, capaz de consolidar o conhecimento acumulado e de situar a experiência brasileira no debate internacional sobre economias alternativas (Munn, Peters, Stern, Tufanaru, McArthur, & Aromataris, 2018). Essa lacuna compromete tanto o avanço teórico do campo quanto a formulação de políticas públicas fundamentadas em evidências consolidadas.

O problema de pesquisa que orienta este estudo pode ser formulado nos seguintes termos: a literatura científica sobre EBC no

Brasil encontra-se fragmentada, fortemente concentrada em estudos de caso isolados, carecendo de síntese sistemática, crítica e metodologicamente rigorosa que integre os diferentes tipos de empreendimento e avalie de forma comparada seus impactos, barreiras, facilitadores e a qualidade da evidência disponível. A pergunta de pesquisa que decorre desse problema é: em comunidades brasileiras, como o empreendedorismo de base comunitária é implementado e quais são seus impactos econômicos, sociais, ambientais e territoriais, bem como os principais desafios e facilitadores relatados na literatura científica?

A justificativa para o desenvolvimento desta revisão assenta-se em três argumentos complementares. Primeiro, argumento teórico: o EBC desafia categorias analíticas do empreendedorismo convencional, exigindo uma síntese que explicita os fundamentos conceituais que o distinguem — economia solidária, desenvolvimento territorial e inovação social — e as relações entre eles (Gallo, 2004; Cardoso, 2018). Segundo, argumento metodológico: a ausência de avaliação sistemática da qualidade dos estudos impede qualificar o grau de confiança atribuível aos achados amplamente reproduzidos na literatura secundária. Terceiro, argumento de política pública: a consolidação de evidências sobre o que funciona, em que condições e com quais limites é pré-requisito para o desenho de políticas de fomento à economia solidária mais efetivas, sobretudo em um cenário de desmonte institucional da SENAES a partir de 2019, quando a secretaria foi extinta e suas competências fragmentadas em outras estruturas do governo federal (Brasil, 2019).

O objetivo geral deste estudo é mapear, avaliar criticamente e sintetizar a literatura empírica sobre empreendedorismo de base

comunitária no Brasil, identificando como esses empreendimentos são concebidos e implementados, quais impactos produzem e quais barreiras, facilitadores e lacunas de pesquisa se evidenciam. Os objetivos específicos são: (a) sistematizar os fundamentos teóricos que caracterizam o EBC no contexto brasileiro; (b) classificar as tipologias de empreendimento estudadas na literatura; (c) sintetizar as evidências disponíveis sobre impactos econômicos, sociais, ambientais e territoriais; (d) identificar barreiras, tensões e condicionantes institucionais recorrentes; e (e) avaliar a qualidade metodológica do corpus e propor uma agenda de pesquisa futura.

O artigo está estruturado em seis seções, incluindo esta introdução. A Seção 2 apresenta o referencial teórico que fundamenta a análise. A Seção 3 descreve o método da revisão sistemática. A Seção 4 relata os resultados do processo de seleção e caracterização dos estudos. A Seção 5 discute os achados à luz da literatura, organizados em quatro eixos temáticos. A Seção 6 sintetiza as contribuições teóricas e práticas, as limitações do estudo e a agenda de pesquisa futura, culminando na proposição de um modelo integrador de quatro dimensões interdependentes que explica as condições de sucesso do EBC.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Esta seção apresenta o *framework* conceitual *a priori* que orientou a formulação da questão de pesquisa, a definição dos critérios de elegibilidade (Seção 3.3) e a matriz de extração de dados (Seção 3.4) desta revisão sistemática. Trata-se de fundamentação teórica estabelecida previamente à síntese dos estudos incluídos, e não de conclusão derivada dela; a tipologia empírica apresentada na Seção

2.3, por sua vez, emergiu de forma indutiva do próprio corpus, conforme detalhado na Seção 3.4.

2.1. Delimitação Conceitual do Empreendedorismo de Base Comunitária

O EBC é conceituado, na literatura brasileira, por meio de múltiplas lentes teóricas sobrepostas, com a economia solidária funcionando como paradigma dominante (Baptista et al., 2010; França Filho, Torres Silva Júnior, & Scalfoni Rigo, 2012). Na literatura internacional, o conceito de *community-based enterprise* (CBE) foi formalizado por Peredo e Chrisman (2006), que o definem como o processo pelo qual uma comunidade atua corporativamente como empreendedora e como empreendimento, voltada à busca do bem comum, integrando capital social e natural às considerações econômicas de forma inseparável. Haugh (2007) complementa essa perspectiva ao propor um modelo processual de criação desses empreendimentos, no qual mobilização de *stakeholders* e construção de redes de apoio antecedem a formalização do negócio — modelo que dialoga diretamente com o papel das incubadoras universitárias e das redes de economia solidária observado no contexto brasileiro. Baptista et al. (2010) definem os empreendimentos sociais de base comunitária como formas institucionais híbridas, caracterizadas por estruturas participativas, relações de reciprocidade e valorização do território e dos recursos locais, que emergem no interior de redes sociais e operam na fronteira entre os domínios econômico, social e político, configurando respostas inovadoras a falhas de mercado e a processos de exclusão social.

A literatura enfatiza que o EBC difere do empreendedorismo convencional em motivações, estruturas organizacionais e métricas de sucesso (Whistler, 2006; Chaves, 2022). Em vez da acumulação individual de riqueza via vantagem competitiva, tais empreendimentos buscam gerar trabalho e renda para populações marginalizadas, construir relações de produção baseadas na cooperação e contribuir para uma economia menos assimétrica (Pimenta et al., 2022; Vidal et al., 2005). Diversos estudos destacam ainda a dimensão territorial do fenômeno, ressaltando como essas iniciativas mobilizam recursos, saberes e capital social localmente enraizados (Gallo, 2004; Cardoso, 2018), o que posiciona o EBC como agente de revitalização econômica local e de desenvolvimento endógeno (Medeiros & Cunha, 2012).

2.2. A Economia Solidária Como Matriz Teórica Estruturante

O arcabouço da economia solidária constitui a base teórica primária para a compreensão do EBC no Brasil (França Filho, 2008; Gaiger, 2012), emergindo de movimentos sociais, sindicais e acadêmicos em busca de alternativas ao capitalismo neoliberal e a seus efeitos excludentes (Holanda, 2016; Gaiger, 2012). Trata-se de um sistema econômico fundado na propriedade coletiva, na autogestão democrática, na distribuição equitativa dos resultados e na solidariedade, em contraposição à lógica da competição (Dias Ribeiro & Fernandes De Müylder, 2014; Pita, Santos, & Silva, 2020). Seus princípios estruturantes — cooperação, propriedade coletiva, governança democrática, distribuição justa de benefícios, sustentabilidade ambiental e desenvolvimento humano como finalidade — moldam as estruturas organizacionais e as práticas operacionais dos empreendimentos comunitários, distinguindo-os tanto de empresas capitalistas tradicionais quanto de modelos

convencionais de empresa social (Baptista et al., 2010; Massicotte, 2014; Batista, Santos, & Silva, 2023).

O quadro teórico também enfatiza o papel de redes sociais, reciprocidade e confiança na viabilização de transações econômicas e de ação coletiva (Baptista et al., 2010; Teixeira, Silva, & Santos, 2010). Empreendimentos comunitários operam em redes densas de relações que reduzem custos de transação, viabilizam cooperação e constituem fonte de resiliência organizacional em ambientes institucionalmente desfavoráveis (Gallo, 2004; França Filho et al., 2012). Complementarmente, a literatura recorre à teoria do empreendedorismo social, entendido como busca de soluções inovadoras para problemas sociais por meio de abordagens que priorizam a criação de valor social sobre a maximização do lucro (Vasconcelos, Silva, & Santos, 2015), e à teoria do desenvolvimento comunitário, que enfatiza processos participativos, propriedade local e fortalecimento de capacidades coletivas (Pita et al., 2020). A integração desses três referenciais (economia solidária, empreendedorismo social e desenvolvimento territorial) evidencia o caráter multidimensional do EBC, que articula simultaneamente dimensões econômicas, sociais, culturais e ambientais do desenvolvimento.

2.3. Tipologia dos Empreendimentos de Base Comunitária no Brasil

A literatura brasileira documenta cinco categorias recorrentes de EBC. Os **bancos comunitários de desenvolvimento (BCDs)** oferecem microcrédito solidário, moeda social e educação financeira a populações excluídas do sistema bancário convencional, tendo o Banco Palmas — fundado em 1998 no Conjunto Palmeiras, Fortaleza

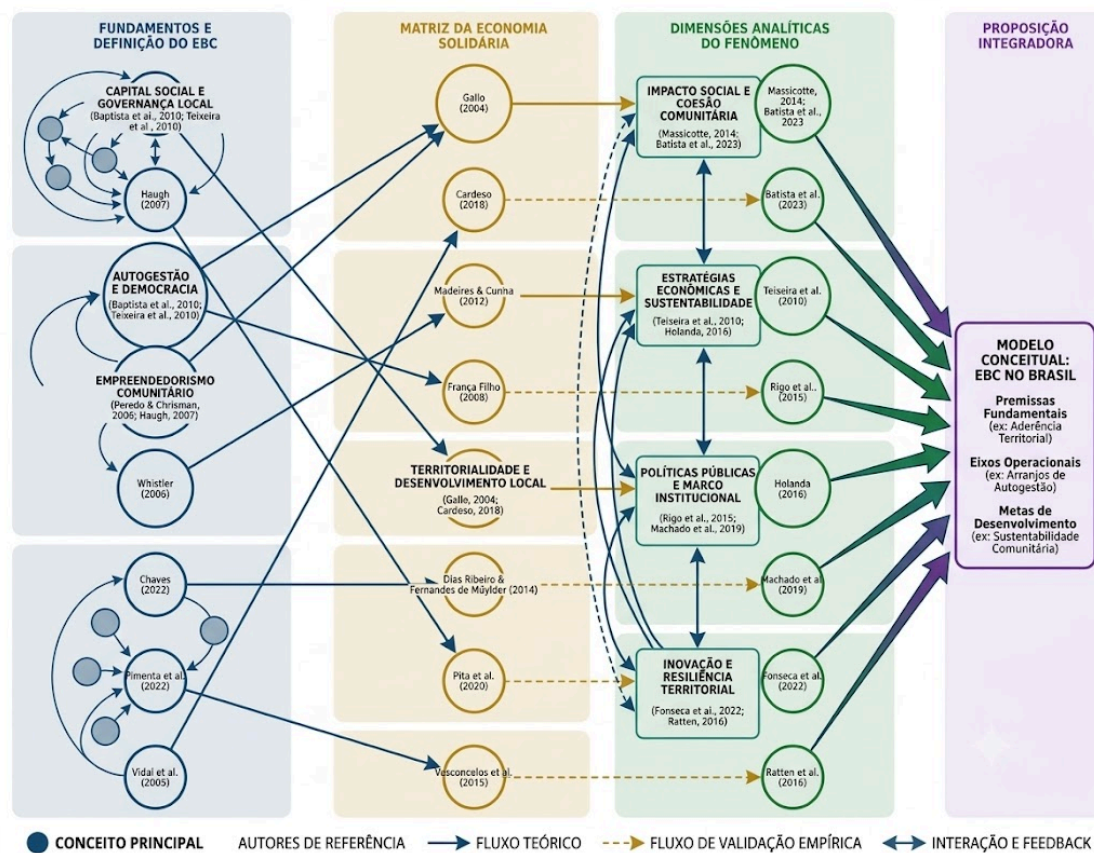
(CE) — como caso paradigmático, com impacto estimado em cerca de trinta mil habitantes e influência sobre uma rede nacional de BCDs (Whistler, 2006; França Filho et al., 2012; Rigo et al., 2015). As **cooperativas de reciclagem** organizam catadores de resíduos em empreendimentos coletivos que oferecem trabalho digno, remuneração mais estável e proteção social, articulando inclusão social e sustentabilidade ambiental (Teixeira et al., 2010; Machado, Silva, & Santos, 2019). As **cooperativas agrícolas**, centrais em áreas rurais e vinculadas sobretudo ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), viabilizam economias de escala, soberania alimentar e produção agroecológica sob propriedade coletiva da terra (Massicotte, 2014). As **redes de artesanato e empreendedorismo cultural** conectam geração de renda, preservação de saberes tradicionais e afirmação identitária, com destaque para comunidades quilombolas e para iniciativas como o coletivo Mulheres Arteiras e a Rede Asta (Ratten, Ferreira, & Fernandes, 2016; Fonseca, Silva, & Santos, 2022). Por fim, o **turismo de base comunitária** gera renda associada à conservação de patrimônios cultural e natural, embora sujeito a tensões entre "empresarização" e manutenção dos princípios solidários (Holanda, 2016).

Essas categorias, não obstante suas especificidades operacionais, compartilham uma base comum: a recusa da maximização do lucro individual como finalidade organizacional central e a priorização do empoderamento coletivo, da inclusão social e do desenvolvimento territorial como critérios de legitimidade. Essa convergência é onde se apoia a proposição objeto desta revisão: a de que a literatura brasileira sobre EBC opera uma ruptura epistemológica com as teorias dominantes do empreendedorismo, aproximando-se de referenciais da economia solidária, do desenvolvimento territorial

endógeno e da inovação social. Como será demonstrado ao longo da Discussão e sintetizado na Conclusão, essa base comum organiza-se em torno de quatro dimensões interdependentes — enraizamento territorial, democracia organizacional, articulação em rede e ecossistema institucional —, que compõem o modelo integrador proposto por este estudo.

A Figura 1 sintetiza visualmente a arquitetura argumentativa desta seção, representando os autores mobilizados no referencial teórico como uma rede organizada em quatro camadas sucessivas — fundamentos e definição do EBC, matriz da economia solidária, dimensões analíticas do fenômeno (impacto social e coesão comunitária; estratégias econômicas e sustentabilidade; políticas públicas e marco institucional; inovação e resiliência territorial) e proposição integradora —, distinguindo fluxo teórico, fluxo de validação empírica e relações de interação e retroalimentação entre os construtos.

Figura 1. Rede de diálogo entre os autores mobilizados no referencial teórico



Nota. Elaborado pelos autores (2026). Os nós em azul representam conceitos-síntese que articulam múltiplos autores de referência; as setas contínuas indicam fluxo teórico, as tracejadas indicam fluxo de validação empírica, e as bidirecionais indicam interação e retroalimentação entre as dimensões analíticas e o modelo conceitual proposto.

3. METODOLOGIA

3.1. Desenho do Estudo e Formulação da Questão de Pesquisa

Este artigo apresenta uma revisão sistemática da literatura, conduzida em conformidade com as diretrizes PRISMA-P (Moher et al., 2015) para a fase de protocolo e PRISMA 2020 (Page et al., 2021; Liberati et al., 2009) para o relato dos resultados. Foram incorporados princípios gerais do Cochrane Handbook for Systematic Reviews of Interventions (Higgins et al., 2022), especialmente quanto à transparência e à redução de viés de seleção, bem como orientações do Joanna Briggs Institute (JBI) para revisões de evidências qualitativas e de métodos mistos em contextos comunitários (Aromataris & Munn, 2020). Esta revisão não foi registrada

previamente em plataformas como PROSPERO ou OSF Registries, dado o escopo predominantemente qualitativo do protocolo; o protocolo completo está disponível mediante solicitação aos autores.

Dado o caráter social e organizacional do fenômeno, a questão de pesquisa foi estruturada segundo o framework SPIDER, recomendado para revisões qualitativas e de métodos mistos em ciências sociais. No SPIDER, a amostra (*Sample*) corresponde a comunidades e populações de baixa renda no Brasil que participam de empreendimentos econômicos coletivos; o fenômeno de interesse (*Phenomenon of Interest*) é o EBC em suas diferentes tipologias; o desenho (*Design*) contempla estudos empíricos qualitativos, quantitativos ou mistos; a avaliação (*Evaluation*) abrange impactos econômicos, sociais, ambientais e territoriais, processos de governança e barreiras/facilitadores; e o tipo de pesquisa (*Research type*) restringe-se a estudos empíricos revisados por pares. A questão central que orientou a busca foi: "Em comunidades brasileiras, como o empreendedorismo de base comunitária é implementado e quais são seus impactos econômicos, sociais, ambientais e territoriais, bem como os principais desafios e facilitadores relatados na literatura científica?"

3.2. Fontes de Informação e Estratégia de Busca

Foram consultadas bases internacionais multidisciplinares (Scopus, Web of Science Core Collection e ScienceDirect) e bases regionais com ampla cobertura da produção latino-americana (SciELO e Redalyc), complementadas por SocINDEX/Sociological Abstracts, EconLit e pelo Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Todas as oito bases foram pesquisadas com a mesma estratégia de busca completa (adaptada à sintaxe de cada uma, conforme descrito

adiante), no mesmo período e na mesma data de corte, sem distinção entre bases principais e complementares. A escolha dessas fontes justifica-se pela natureza interdisciplinar do tema e pela necessidade de captar simultaneamente a produção nacional em português e os estudos internacionais sobre o caso brasileiro.

A estratégia de busca combinou quatro grupos de termos — (1) empreendedorismo comunitário/economia solidária; (2) tipologias de empreendimento; (3) desfechos; (4) contexto Brasil —, em português e inglês. A *string* de busca aplicada em Scopus e Web of Science foi: (*"community-based entrepreneurship" OR "community entrepreneurship" OR "empreendedorismo comunitário" OR "empreendedorismo de base comunitária" OR "economia solidária" OR "solidarity economy" OR "social and solidarity economy" OR "banco comunitário de desenvolvimento" OR "community development bank" OR "moeda social" OR "social currency" OR "cooperativa de reciclagem" OR "recycling cooperative" OR "cooperativa agrícola" OR "agricultural cooperative" OR "turismo de base comunitária" OR "community-based tourism"*) AND (*"Brazil" OR Brasil OR Brazilian*).

Para o SciELO, a *string* privilegiou termos em português, com estrutura análoga. As buscas foram adaptadas à sintaxe de cada base (uso de campos, aspas para expressões exatas e truncamentos, quando disponíveis). A última busca em todas as bases foi realizada em 28 de maio de 2026.

3.3. Critérios de Elegibilidade

Os critérios de inclusão e exclusão, sintetizados na Tabela 1, focalizaram estudos empíricos sobre empreendimentos

comunitários no Brasil, com atividade econômica organizada e vinculação à economia solidária.

Tabela 1. Critérios de inclusão e exclusão

Domínio	Inclusão	Exclusão
Período temporal	Publicados entre 2000 e a data da última busca	Publicados antes desse período, salvo clássicos teóricos usados na contextualização
Idioma	Português, inglês e espanhol	Demais idiomas
Tipo de publicação	Artigos revisados por pares; capítulos de livros acadêmicos indexados	Resumos sem texto completo, relatórios não revisados, jornalismo, textos de opinião sem método
Tipo de estudo	Estudos empíricos qualitativos, quantitativos ou mistos sobre EBC no Brasil	Ensaio teóricos sem dados empíricos
População/c contexto	Comunidades brasileiras com empreendimentos econômicos coletivos	Empreendedorismo exclusivamente individual; estudos de outros países sem foco empírico no Brasil
Fenômeno de interesse	EBC/economia solidária com atividade econômica organizada	Políticas ou programas sociais sem foco em empreendimentos econômicos comunitários
Desfechos	Descrição/avaliação de implementação, funcionamento, impactos, governança e barreiras/facilitadores	Menções superficiais à economia solidária sem análise empírica do empreendimento

Qualidade mínima	Texto completo disponível; descrição mínima de método (amostra, coleta, análise)	Estudos sem descrição de método ou com dados evidentemente anedóticos
-------------------------	--	---

Nota. Trabalhos que não atendem ao critério de "tipo de publicação" (ex.: Whistler, 2006, um relatório de estudo independente não revisado por pares) não integram os 29 estudos do corpus empírico desta revisão; quando citados neste artigo, cumprem função exclusivamente contextual/ilustrativa, sendo tratados como literatura de apoio e não como evidência sistematicamente sintetizada.

3.4. Processo de Seleção, Extração e Avaliação da Qualidade dos Estudos

O processo de seleção seguiu as quatro fases preconizadas pelo PRISMA 2020: identificação, triagem, elegibilidade e inclusão. Na identificação, os registros recuperados nas bases foram exportados (título, resumo, autoria, ano, periódico, DOI e palavras-chave) para o gerenciador de referências Zotero; com remoção automática e manual de duplicatas; Na triagem por relevância; cada registro foi submetido a um classificador de linguagem natural (modelo de linguagem de grande porte) configurado para atribuir; a partir do título e do resumo; uma pontuação de relevância (0-100); um rótulo categórico ("Altamente relevante"; "Parcialmente relevante"; "Marginalmente relevante" ou "Não relevante") e uma justificativa textual explícita quanto à aderência do registro aos critérios da Tabela 1. Essa triagem assistida por IA foi utilizada como instrumento de pré-seleção em larga escala; não como substituto da avaliação humana: todos os registros classificados como "Altamente relevantes" foram posteriormente revisados manualmente pelos

autores em texto completo na fase de elegibilidade; com registro sistemático dos motivos de exclusão para os casos não confirmados (duplicatas remanescentes; metadados de autoria não verificáveis; ou natureza teórica/de revisão secundária incompatível com os critérios de estudo empírico primário); O grau de concordância entre o classificador e a avaliação humana final não foi quantificado por meio de coeficiente estatístico (ex: Kappa de Cohen); e os registros classificados como "Parcialmente" ou "Marginalmente relevantes" não foram integralmente reavaliados em texto completo; ambas constituem limitações metodológicas reconhecidas na Seção 6.3; que recomendam auditoria humana amostral dessas camadas em revisões futuras; O fluxo completo do processo é apresentado na Figura 1; em conformidade com o diagrama PRISMA 2020 (Page et al; 2021).

Importa distinguir dois momentos distintos de checagem de qualidade ao longo do processo. O critério "qualidade mínima" da Tabela 1 opera como **filtro de triagem**, aplicado ainda na fase de elegibilidade: exclui apenas estudos sem qualquer descrição reconhecível de método (amostra, coleta, análise) ou com dados manifestamente anedóticos, funcionando como condição de entrada no corpus. Já o MMAT, descrito a seguir, é uma **avaliação fina de qualidade metodológica**, aplicada somente aos estudos que já superaram esse filtro inicial e efetivamente compõem os 29 incluídos — sua função não é excluir, mas graduar o nível de confiança de cada estudo já parte do corpus.

A avaliação crítica da qualidade metodológica dos 29 estudos incluídos foi realizada por dois revisores independentes, com discussão de divergências até consenso, utilizando o Mixed Methods Appraisal Tool — MMAT (Hong et al., 2018), instrumento validado para

a apreciação comparada de estudos qualitativos, quantitativos e de métodos mistos. Em vez de excluir automaticamente estudos de menor qualidade, a classificação obtida foi utilizada para (a) qualificar o grau de confiança atribuível às conclusões e (b) subsidiar análise de sensibilidade, comparando achados de estudos de maior e de menor qualidade metodológica.

A extração de dados utilizou matriz padronizada, testada previamente em estudos-piloto, contemplando: identificação do estudo; contexto geográfico e tipo de comunidade; tipologia do empreendimento; base teórica; desenho metodológico; amostra/unidade de análise; instrumentos de coleta; achados econômicos, sociais, ambientais e territoriais; barreiras e facilitadores; qualidade metodológica; e limitações reportadas pelos autores. A tipologia de empreendimentos apresentada na Seção 2.3 e retomada nos Resultados (Seção 4.2) não foi definida *a priori*; emergiu de forma indutiva do processo de leitura e codificação dos 29 estudos incluídos, consolidando-se nas cinco categorias tipológicas centrais (complementadas por uma sexta categoria transversal de redes e políticas) que se mostraram recorrentes no corpus.

3.5. Estratégia de Síntese dos Dados

Em razão da predominância de desenhos qualitativos e da heterogeneidade metodológica do corpus, a síntese adotada foi primariamente narrativa e temática, orientada por princípios de meta-síntese qualitativa preconizados pelo JBI. Após leitura integral dos 29 estudos, os achados foram codificados e agrupados em oito categorias temáticas: (a) conceitualização do EBC; (b) tipologias e arranjos organizacionais; (c) impactos econômicos; (d) impactos

sociais e de empoderamento; (e) impactos ambientais; (f) impactos territoriais; (g) barreiras e tensões; e (h) políticas públicas, redes e oportunidades. Para cada categoria, foram identificadas convergências e divergências entre estudos, relacionando-as à qualidade metodológica e à tipologia do empreendimento. Dada a raridade de indicadores quantitativos padronizados, não foi realizada meta-análise estatística; onde disponíveis, dados numéricos consistentes foram sintetizados descritivamente, em conformidade com a diretriz *Synthesis Without Meta-analysis* (SWiM; Campbell et al., 2020), que orienta o relato transparente de sínteses alternativas à meta-análise em revisões sistemáticas.

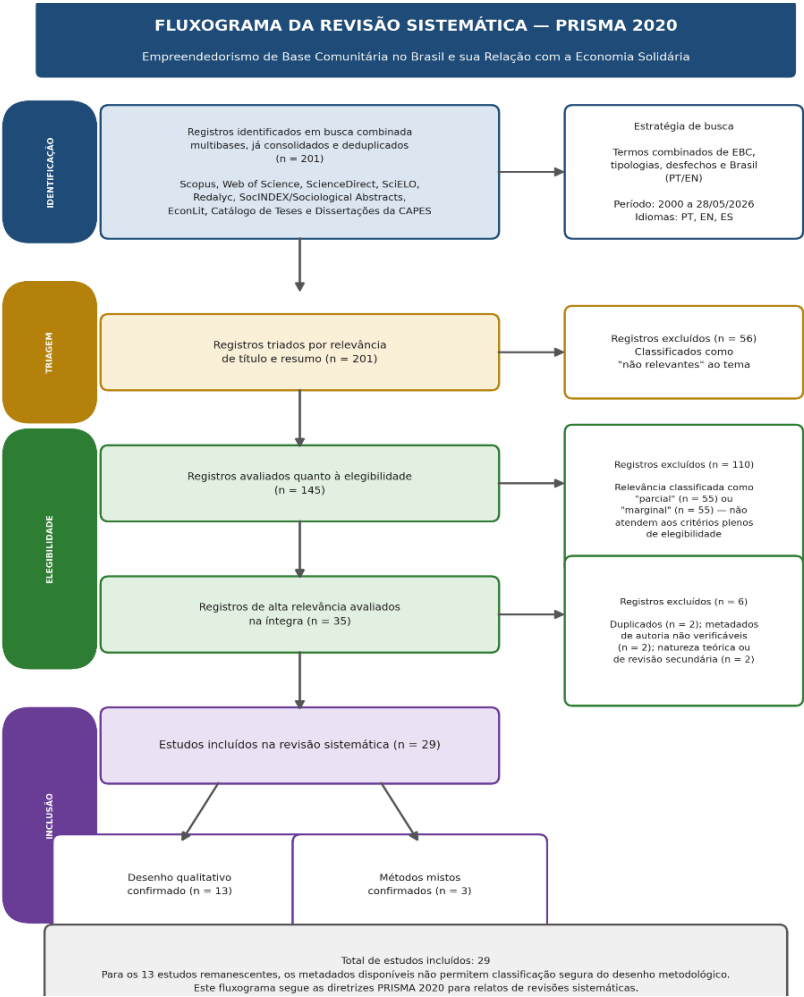
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Processo de Seleção dos Estudos

O processo de busca e seleção, sintetizado no fluxograma PRISMA 2020 (Figura 1), resultou na inclusão de 29 estudos empíricos publicados entre 2005 e 2023, que constituem o corpus analítico desta revisão. Ao todo, 201 registros únicos foram identificados na base combinada (Scopus, Web of Science, ScienceDirect, SciELO, Redalyc, SocINDEX/Sociological Abstracts, EconLit e Catálogo CAPES), após remoção de 7 duplicatas. Na triagem por relevância, 56 registros foram excluídos por não-relevância, restando 145 para avaliação de elegibilidade; destes, 110 foram excluídos por relevância parcial/marginal, restando 35 registros de alta relevância avaliados na íntegra. Nessa etapa final, 6 registros foram excluídos (2 duplicatas de mesmo estudo, 2 com metadados de autoria não verificáveis, 2 de natureza teórica/revisão secundária), resultando nos 29 estudos incluídos: 13 com desenho qualitativo declarado, 3 com métodos

mistos, e 13 sem classificação segura a partir dos metadados disponíveis — limitação discutida na Seção 6.3.

Figura 2. Fluxograma do processo de seleção dos estudos (PRISMA 2020)



Nota. Elaborado pelos autores (2026), com base em Page et al. (2021).

4.2. Tipologia e Caracterização do Corpus

A Tabela 2 sintetiza a tipologia dos empreendimentos analisados, os estudos-chave associados a cada categoria e os principais achados reportados. Uma sexta categoria transversal reúne estudos sobre redes de apoio, incubadoras universitárias e políticas públicas, documentando o "ecossistema institucional" que, como discutido na

Seção 6.1, constitui uma das quatro dimensões do modelo integrador proposto.

Tabela 2. Tipologia dos empreendimentos de base comunitária identificados na revisão

Categoria	Característica central	Estudos-chave	Principais achados
Bancos Comunitários de Desenvolvimento	Microcrédito, moeda social, educação financeira	França Filho et al. (2012); Chaves (2022); Rigo et al. (2015); Rigo & França Filho (2017); Melquiades (2015)	Banco Palmas (Fortaleza/CE, 1998) como caso paradigmático; ~30 mil habitantes beneficiados; fortalecimento de laços comunitários; rede nacional de BCDs
Cooperativas de Reciclagem	Sustentabilidade ambiental e inclusão social de catadores	Teixeira et al. (2010); Machado et al. (2019); Neves et al. (2018)	Aumento de renda, reconhecimento social, acesso a benefícios sociais, formação profissional
Cooperativas Agrícolas	Agricultura familiar, MST, comunidades tradicionais	Massicotte (2014); Campelo Filho et al. (2018)	Economias de escala; soberania alimentar; preservação ambiental; propriedade coletiva da terra
Redes de Artesãos / Empreendedores	Preservação cultural e geração de renda	Ratten et al. (2016); Fonseca et al. (2022)	Empoderamento feminino; acesso a mercados nacionais/internacionais

dorismo Cultural			ionais; valorização do patrimônio cultural
Turismo de Base Comunitária	Conservação de patrimônio cultural/natural e renda	Holanda (2016)	Tensão entre "empresarização" e princípios solidários
Redes de Apoio, Incubadoras e Políticas Públicas	Mediação institucional entre comunidades e Estado/universidade	Campos e Campos et al. (2018); Ferreira et al. (n.d.); De Tommasi & Velazco (n.d.); Castelo et al. (2025); Moraes & Bacic (2020); Santos, A. M. (2014); Silva et al. (2013); Andrade et al. (n.d.); Almeida et al. (2022)	Papel de incubadoras universitárias e microcrédito na consolidação do EBC; tensões entre autonomia e dependência institucional

Nota: A coluna "Estudos-chave" lista os trabalhos do corpus empírico ($n = 29$) representativos de cada categoria. Whistler (2006), embora não integre o corpus por não se tratar de artigo revisado por pares, é citado ao longo do artigo como literatura contextual sobre o Banco Palmas (ver Seção 3.3).

Do ponto de vista metodológico, ao menos 13 dos 29 estudos (44,8%) são estudos de caso de corte qualitativo, com uso recorrente de entrevistas semiestruturadas, observação participante e análise documental (Pimenta et al., 2022; Batista et al., 2023). Abordagens de pesquisa-ação participativa aparecem em estudos conduzidos por incubadoras universitárias de economia solidária (Pita et al., 2020), ao passo que desenhos quantitativos ou de métodos mistos permanecem minoritários (Batista et al., 2023). A aplicação do MMAT ao corpus revela heterogeneidade metodológica relevante e

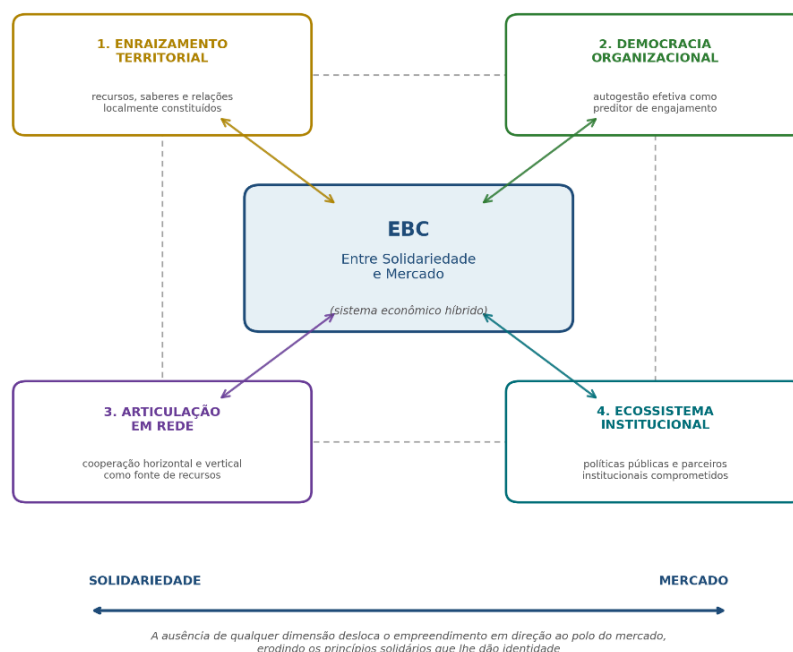
desafios recorrentes de transferibilidade e reflexividade, mesmo entre os estudos qualitativos de maior profundidade — diagnóstico que não invalida a riqueza substantiva dos achados, mas qualifica o grau de confiança atribuível às generalizações.

Um segundo achado estrutural é a concentração geográfica dos estudos no Nordeste brasileiro, particularmente Ceará, Sergipe, Piauí e Bahia, estados que concentram a maior parte das instituições associadas à produção acadêmica sobre o tema, como incubadoras universitárias de economia solidária e o Instituto Palmas. Essa concentração introduz viés geográfico relevante, com sub-representação sistemática das regiões Norte, Centro-Oeste e Sul, o que compromete a validade ecológica dos achados e limita a construção de uma teoria generalizável do EBC brasileiro.

A discussão que se segue está organizada em quatro eixos temáticos que, como se tornará evidente, correspondem às quatro dimensões do modelo integrador formalizado na Conclusão (Seção 6.1): a Seção 5.1 corresponde ao enraizamento territorial; a Seção 5.2, à democracia organizacional; a Seção 5.3, à articulação em rede; e a Seção 5.4, ao ecossistema institucional. A Figura 3 antecipa essa arquitetura, servindo de roteiro de leitura para as quatro subseções.

Figura 3. Modelo integrador do empreendedorismo de base comunitária

MODELO INTEGRADOR DO EMPREENDEDORISMO DE BASE COMUNITÁRIA



Nota. Elaborado pelos autores (2026). O modelo é formalizado a partir da síntese dos achados discutidos nas quatro subseções desta seção; ver formalização completa na Seção 6.1.

4.3. Empreendedorismo de Base Comunitária e Desenvolvimento Territorial

A relação entre EBC e desenvolvimento territorial constitui eixo teórico central e transversal ao corpus analisado. A literatura revisada concebe o território não como mera variável de localização, mas como construção social densa, marcada por identidades, relações de poder e trajetórias históricas (Cardoso, 2018). Nessa perspectiva, o EBC emerge como expressão endógena das capacidades organizativas das comunidades, e não como intervenção exógena sobre o território — leitura convergente com Baptista et al. (2010), que definem o EBC por sua capacidade de articular estruturas participativas, reciprocidade e valorização territorial como ativo estratégico do desenvolvimento.

Essa leitura converge com a teoria internacional do *community-based enterprise* (CBE) formulada por Peredo e Chrisman (2006), para quem uma CBE ocorre quando a própria comunidade atua corporativamente como empreendedora e como empreendimento, tornando capital social e natural inseparáveis das considerações econômicas — definição consistente com o caso brasileiro, sobretudo BCDs e cooperativas agroextrativistas. Um ponto de divergência, contudo, merece registro: o modelo de Peredo e Chrisman (2006) foi construído a partir de comunidades rurais e indígenas etnicamente homogêneas (Andes peruanos, Primeiras Nações canadenses), nas quais identidade étnica compartilhada opera como condição para ação coletiva. O corpus brasileiro, por sua vez, mostra o EBC emergindo com igual ou maior frequência em periferias urbanas heterogêneas, como o Conjunto Palmeiras (Fortaleza), nas quais o enraizamento territorial decorre de vulnerabilidade socioeconômica compartilhada e de organização comunitária deliberada — sugerindo que a teoria do CBE pode subestimar o papel de mediadores institucionais externos (incubadoras universitárias, a extinta SENAES). O modelo processual de Haugh (2007), desenvolvido a partir de organizações sem fins lucrativos britânicas e que pressupõe emergência autônoma via mobilização voluntária de *stakeholders*, também não captura essa dependência de arquitetura institucional estatal observada no caso brasileiro — divergência que reforça o peso da dimensão "ecossistema institucional" no modelo integrador proposto.

Dois estudos do corpus sugerem, sem permitir generalização, que os empreendimentos parecem se beneficiar da articulação entre dimensões econômicas, identitárias e territoriais. O caso das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão (Campelo Filho et al., 2018) ilustra esse padrão: a atividade extrativista, ancorada em

saberes tradicionais intergeracionais, produz simultaneamente renda, conservação ambiental, soberania alimentar e reconhecimento político das mulheres extrativistas. Padrão semelhante é relatado por Fonseca et al. (2022) entre comunidades quilombolas do Piauí, onde o artesanato pareceu operar simultaneamente como atividade econômica, preservação cultural e afirmação identitária — achado pontual, a ser tratado como hipótese, não como padrão estabelecido. A teoria de Lima (2016) sobre economia popular e desenvolvimento local oferece moldura interpretativa complementar a esses casos: o desenvolvimento, nessa perspectiva, é processo ancorado nas potencialidades endógenas do território, mediado por relações de solidariedade e orientado por valores que transcendem a racionalidade econômica estrita. Batista et al. (2023), em estudo de caso único, sugerem que a vulnerabilidade territorial possa estar associada à radicalidade das inovações organizacionais: em contextos de falha simultânea de mercado e Estado, as comunidades pareceram desenvolver arranjos híbridos entre lógicas de mercado, Estado e reciprocidade — interpretação que carece de confirmação.

Essa dinâmica não é isenta de tensões. Holanda (2016), em estudo isolado sobre turismo de base comunitária, identifica um possível risco de "empresarização" — processo pelo qual a inserção mercantil necessária à sustentabilidade financeira tende a erodir a governança participativa e os princípios solidários que conferem sentido distintivo ao EBC. Tal tensão manifesta uma contradição estrutural mais ampla: o EBC existe na interseção entre economia de solidariedade e economia de mercado, e sua sustentabilidade de longo prazo depende da capacidade de navegar essa fronteira sem dissolver sua identidade organizacional. Do ponto de vista de política pública, os achados — extraídos de número limitado de

casos — sugerem que o desenvolvimento territorial ancorado no EBC possa requerer arquitetura institucional específica (marcos regulatórios adaptados, financiamento compatível com os ciclos dessas organizações, compras públicas), cuja ausência parece associada, nos casos revisados, a maior vulnerabilidade sistêmica. Em contexto urbano, De Tommasi e Velazco (n.d.) documentam, na Cidade de Deus (Rio de Janeiro), como discursos institucionais sobre favelas moldam as múltiplas formas que o EBC assume nesses territórios, achado que, lido junto ao caso de Niterói e São Gonçalo (Silva et al., 2013), reforça a heterogeneidade territorial do fenômeno mesmo dentro de uma mesma região metropolitana.

4.4. Economia Solidária, Autogestão e Inclusão Social

A economia solidária figura como o paradigma estruturante do EBC brasileiro, operando simultaneamente como referencial teórico, modelo organizacional e projeto político emancipatório. Gallo (2004) caracteriza os empreendimentos econômicos solidários por valores de cooperação, propriedade coletiva, autogestão democrática, distribuição equitativa dos resultados e desenvolvimento humano como finalidade, em oposição à primazia do lucro individual. Um dos estudos revisados ilustra como esses princípios podem ter consequências organizacionais concretas: Teixeira et al. (2010), em estudo de caso sobre a cooperativa CARE, em Aracaju, sugerem que a adesão a princípios da economia solidária pareceu reconfigurar não apenas a organização do trabalho, mas também as subjetividades de catadores que constroem nova identidade profissional em contraste com a invisibilidade do trabalho informal.

A autogestão democrática constitui o princípio mais complexo e tensionado desse paradigma. Nos estudos que abordam o tema, ela

é reconhecida como possível fator de empoderamento e sustentabilidade organizacional, embora também se reportem dificuldades práticas de implementação em contextos de baixa escolaridade, culturas hierárquicas e pressões externas por eficiência (Machado et al., 2019). Pimenta et al. (2022), em estudo de caso único, sugerem que organizações com autogestão mais consistente seriam justamente as que investem sistematicamente em formação e capacitação — indício preliminar de que a autogestão seria competência coletiva a ser cultivada, não dado espontâneo.

Quanto à inclusão social, os estudos do corpus sugerem que ela possa operar em múltiplos registros — econômico, social e político —, leitura interpretativa, não achado estatisticamente testado. Morais e Bacic (2020), em estudo de caso sobre um assentamento em Araraquara (SP), relacionam essa multidimensionalidade aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, associação que, por se basear em caso único, requer verificação adicional. Gaiger (2012), em contribuição teórica externa ao corpus, articula essa multidimensionalidade em um "olhar inverso": seus empreendimentos deveriam ser lidos não como versões deficitárias da empresa capitalista, mas como formas econômicas com racionalidade própria. Tal articulação, contudo, não parece automática: Santos (2014), ao analisar o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, documenta tensões entre autonomia e institucionalização no movimento, e ao menos um estudo do corpus relata caso em que a pressão por sustentabilidade financeira priorizou resultados econômicos em detrimento de processos participativos — aspecto que desenhos longitudinais futuros poderiam aprofundar.

4.5. Redes Comunitárias, Capital Social e Governança

O papel de redes de cooperação e capital social é tema recorrente nos estudos revisados, ainda que a evidência se baseie em número reduzido de casos. A perspectiva analítica de redes sociais permite compreender os empreendimentos comunitários não como organizações isoladas, mas como nós de ecossistemas relacionais densos, cujo desempenho depende da qualidade dos vínculos de confiança e reciprocidade que os constituem (Baptista et al., 2010). Massicotte (2014), em estudo de caso único, sugere que a inserção em redes intercooperativas possa ampliar o acesso a recursos e mercados, com o capital social coletivo funcionando como substituto parcial do capital financeiro, frequentemente inacessível a comunidades vulnerabilizadas. Dias Ribeiro e Fernandes De Müylder (2014), em contribuição conceitual, discutem possíveis mecanismos pelos quais as redes gerariam valor — infraestrutura compartilhada, negociação coletiva, aprendizagem interorganizacional —, enquanto Medeiros e Cunha (2012), em estudo de caso sobre o Cariri cearense, sugerem que redes de economia solidária possam internalizar valor nos territórios, efeito descrito como enraizamento econômico; tratando-se de caso único, sua generalização permanece em aberto.

A governança participativa é descrita, nos estudos que abordam o tema, como possível ativo e possível desafio dos empreendimentos comunitários: confere legitimidade e engajamento, mas implica custos de transação elevados e processos deliberativos mais lentos, que podem comprometer a agilidade organizacional em mercados dinâmicos. Gaiger (2012), em reflexão teórica externa ao corpus, argumenta que a solução estaria não na substituição da governança participativa por modelos hierárquicos, mas no desenvolvimento de capacidades coletivas de gestão democrática — leitura compatível com Chaves (2022) que, em estudo de caso único, sugere associação entre maior investimento em formação para a autogestão e melhor

desempenho econômico e de coesão social, associação que não permite inferência causal.

4.6. Finanças Solidárias: O Caso dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento

Os BCDs constituem uma das categorias mais documentadas do corpus, com o Banco Palmas figurando como caso de referência para o campo. Whistler (2006) — fonte contextual que não integra o corpus dos 29 estudos (Seção 3.3) —, em relato etnográfico, descreve a moeda social Palmas como possível tecnologia social capaz de reconfigurar relações econômicas territoriais, mantendo a circulação monetária no bairro e reduzindo a dependência de mercados externos — descrição ilustrativa, carente de validação pelo corpus empírico revisado.

França Filho et al. (2012), em estudo de caso sobre o Banco Palmas, descrevem como as finanças solidárias dos BCDs articulariam microcrédito solidário — aval coletivo, confiança comunitária, acompanhamento personalizado — com educação financeira, de modo aparentemente distinto do microcrédito convencional; tratando-se de caso único, sua extensão a outros BCDs requer estudos adicionais. Rigo et al. (2015) relatam que esse modelo parece ter inspirado rede nacional de BCDs que compartilhariam princípios de ancoramento territorial, moeda social e gestão comunitária, apesar de sua heterogeneidade.

As tensões identificadas nos estudos do corpus dedicados aos BCDs também merecem registro, com a ressalva de tratar-se de evidência limitada. Rigo & França Filho (2017), Rigo et al. (2015) e Melquiades (2015) apontam, convergentemente, a fragilidade regulatória e a

instabilidade da moeda social como possíveis fatores de vulnerabilidade sistêmica: a ausência de marco legal específico que reconheça moedas sociais e bancos comunitários como instrumentos legítimos de política econômica mantém essas iniciativas em zona de incerteza jurídica que limita expansão e captação de recursos. Chaves (2022) sugere, no caso estudado, que as competências coletivas necessárias à gestão autônoma de um BCD sejam de difícil construção, o que poderia explicar a persistência de estágios incipientes e a dependência de apoio externo observada — tensão que se intensificou após o desmonte da SENAES em 2019 (Brasil, 2019), sinalizando que o avanço do campo requer não apenas mais pesquisa acadêmica, mas agenda política de regularização e fomento até agora insuficiente.

5. CONCLUSÃO

5.1. Síntese Integradora

A contribuição central deste artigo é tripla: (a) consolida, pela primeira vez de forma sistemática e com avaliação formal de qualidade metodológica, um corpo de evidências até então disperso em estudos de caso isolados sobre o EBC brasileiro; (b) situa essa experiência nacional em diálogo direto com a teoria internacional do *community-based enterprise*, identificando convergências e especificidades; e (c) propõe um modelo integrador de quatro dimensões — inédito na literatura revisada — que articula, de forma testável, as condições sob as quais o EBC realiza ou não seu potencial transformador.

Esta revisão sistemática permite responder à questão central que a orientou: o EBC desempenha papel significativo e consistentemente

documentado na promoção do desenvolvimento local, gerando renda e emprego para populações excluídas do mercado formal, fortalecendo redes de capital social, preservando identidades culturais, promovendo governança democrática participativa e contribuindo para a sustentabilidade ambiental. Esses impactos mostram-se relativamente consistentes entre os diferentes tipos de empreendimento analisados — BCDs, cooperativas, redes de artesanato, turismo comunitário —, sugerindo mecanismos causais comuns subjacentes à diversidade de formas institucionais. O mecanismo central identificado é a capacidade do EBC de articular, em uma única forma organizacional, lógicas econômicas, relacionais e culturais que normalmente operam em esferas separadas — mercado, comunidade e Estado —, produzindo organizações híbridas capazes de mobilizar valor econômico, social, cultural e ambiental de maneira sinérgica.

Essa capacidade, contudo, não se manifesta automaticamente nem de forma homogênea. Os estudos mais críticos do corpus, sobre turismo comunitário (Holanda, 2016), sobre dependência de parcerias universitárias (Pita et al., 2020) e sobre fragilidades regulatórias dos BCDs (Rigo et al., 2015; Rigo & França Filho, 2017), documentam situações em que o EBC não realiza seu potencial transformador, seja porque princípios solidários são corroídos por pressões mercantis, seja porque a dependência institucional impede a construção de autonomia comunitária real. A partir dessa evidência, formaliza-se o modelo integrador que dá título a este artigo e que orientou a organização da Discussão (Figura 3, Seção 5): um modelo analítico do EBC como sistema situado *entre solidariedade e mercado*, organizado em quatro dimensões interdependentes: (1) enraizamento territorial — mobilização de recursos, saberes e relações localmente constituídos; (2) democracia

organizacional — autogestão efetiva, e não apenas formal, como preditor de engajamento e resiliência; (3) articulação em rede — inserção em redes de cooperação horizontais e verticais como fonte de recursos e proteção coletiva; e (4) ecossistema institucional — presença de políticas públicas, marcos regulatórios e parceiros institucionais comprometidos. A ausência de qualquer dessas dimensões tende a comprometer a sustentabilidade e o alcance transformador dos empreendimentos.

Esses achados podem ser situados em relação a revisões sistemáticas e bibliométricas anteriores sobre temas correlatos fora do contexto brasileiro. Pradhan e Samanta (2023), em *portrait bibliométrico da literatura internacional sobre community-based enterprise* (477 artigos indexados no Scopus até 2021), identificam como lacuna a escassez de estudos que validem empiricamente os pressupostos da teoria em diferentes cenários culturais — lacuna que a presente revisão contribui para preencher, ao consolidar evidências sistemáticas de um contexto do Sul Global pouco representado naquele *portrait*. Já Magallón e Sáenz (2026), ao investigarem redes de apoio a iniciativas de economia social e solidária em países em desenvolvimento, encontram padrão notavelmente convergente com o corpus brasileiro: empreendimentos dessa natureza operam recorrentemente com recursos escassos, sistemas de monitoramento frágeis e dependência acentuada de redes de apoio externas para sua viabilidade — achado que corrobora, em outro contexto nacional, a centralidade da dimensão "ecossistema institucional" no modelo integrador aqui proposto. A convergência entre revisões conduzidas em contextos tão distintos sugere que a dependência institucional não é peculiaridade do caso brasileiro, mas possível regularidade estrutural do campo mais amplo da economia social e solidária em

países em desenvolvimento — hipótese que estudos comparativos futuros poderiam testar diretamente.

5.2. Implicações Teóricas e para a Gestão e Política Pública

Do ponto de vista teórico, os achados sugerem que modelos conceituais derivados do empreendedorismo convencional são insuficientes para explicar a complexidade dos empreendimentos comunitários, por desconsiderarem a centralidade de relações de reciprocidade, identidade territorial e governança democrática como variáveis explicativas do desempenho organizacional. Uma teoria do EBC adequada ao contexto brasileiro requer integração genuinamente interdisciplinar entre economia heterodoxa, sociologia das organizações, geografia humana e ciência política, tomando como blocos de construção as proposições de Baptista et al. (2010) sobre estruturas participativas e relacionais, as contribuições de Cardoso (2018) sobre desenvolvimento alternativo e os achados empíricos sobre redes e desenvolvimento territorial (Medeiros & Cunha, 2012; Dias Ribeiro & Fernandes De Müylder, 2014).

Para a política pública, os resultados apontam a necessidade de reorientar a agenda de desenvolvimento local, deslocando o foco de intervenções centradas na "capacitação" individual para empreendedorismo em direção à transformação dos ambientes institucionais — acesso a crédito compatível com a escala e os ciclos dos empreendimentos, marcos regulatórios adaptados, mercados institucionais protegidos por compras públicas e redes intercooperativas ativas. Rigo et al. (2015) sugerem, com base no caso analisado, que a ausência de políticas públicas adequadas possa constituir fator explicativo mais relevante das dificuldades de sustentabilidade financeira dos BCDs do que características internas

das organizações — interpretação que, extraída de um único estudo, reforça a hipótese da centralidade do Estado na construção desse ecossistema institucional, mas requer confirmação em pesquisas com maior número de casos. Estudos de caso sobre incubadoras universitárias (Campos e Campos et al., 2018; Ferreira et al., n.d.; Castelo et al., 2025) convergem em atribuir à universidade papel de mediadora entre comunidades e Estado, sugerindo que políticas de fomento ao EBC ganhariam efetividade ao formalizar esse papel, hoje dependente da iniciativa isolada de núcleos de extensão.

Para gestores e lideranças comunitárias, os achados destacam a importância do investimento deliberado e contínuo em processos de formação para a autogestão e a governança democrática, mostrando-se mais determinante para o sucesso de longo prazo do que a aquisição de equipamentos ou o acesso pontual a mercados (Chaves, 2022; Gaiger, 2012), bem como a relevância de estratégias de articulação em rede — horizontais e verticais — como fonte de recursos, aprendizagem e proteção coletiva (Vasconcelos et al., 2015).

5.3. Limitações do Estudo e Agenda de Pesquisa Futura

Esta revisão apresenta limitações que devem ser consideradas na interpretação de seus achados. A quase ausência de estudos longitudinais no corpus (a maioria dos desenhos é transversal) impede conclusões confiáveis sobre trajetórias de longo prazo e sobre processos de transformação organizacional, limitação relevante em um fenômeno cuja maturação (capital social, cultura democrática, competências de autogestão) ocorre em escala plurianual. Relacionada a essa lacuna está a escassez de pesquisa quantitativa e de métodos mistos, que restringe a comparação sistemática entre tipos de empreendimento, regiões e contextos;

trata-se de padrão consistente com Munn et al. (2018), para quem campos em estágio intermediário de maturação exigem consolidação de evidência primária antes de comportarem meta-análises. Embora o MMAT tenha sido aplicado a todos os 29 estudos (Seção 3.4), seus resultados não foram tabulados de forma agregada. Adicionalmente, a triagem inicial de relevância foi assistida por classificador de linguagem natural (Seção 3.4), cujo grau de concordância com avaliação humana independente não foi quantificado por coeficiente estatístico (ex.: Kappa de Cohen), e os registros classificados como parcial ou marginalmente relevantes não foram reavaliados integralmente em texto completo — limitação que pode ter deixado estudos elegíveis fora do corpus. Revisões futuras devem endereçar essas lacunas com auditoria humana amostral da triagem automatizada, tabelas dedicadas de qualidade metodológica e registro sistemático das decisões de inclusão.

Quanto à composição do corpus, a concentração geográfica no Nordeste (Seção 4.2) restringe a validade ecológica das conclusões e sub-representa comunidades tradicionais, indígenas e ribeirinhas do Norte e Centro-Oeste, incluindo o contexto amazônico; essa concentração, além disso, não é acompanhada de contagem exata por estado, o que impediu mapa ou gráfico quantitativo da distribuição regional. Da mesma forma, a caracterização do corpus por tipologia (Tabela 2) não é acompanhada de contagem exata de estudos por categoria, o que impede avaliar com precisão o peso relativo de cada tipo de empreendimento no conjunto analisado. Verifica-se, ainda, escassez de análises sobre gênero, raça e interseccionalidade (lacuna relevante dado o protagonismo feminino, negro e quilombola em várias das organizações estudadas) e viés de sucesso sistemático: os estudos tendem a selecionar empreendimentos bem-sucedidos, omitindo casos de

fracasso, com exceções pontuais como Ratten et al. (2016). Por fim, a restrição a português, inglês e espanhol (Tabela 1) pode ter excluído literatura relevante em outros idiomas, notadamente francês. Esse viés se soma à inclusão pontual de literatura cinzenta ao lado de artigos revisados por pares; ambos devem ser considerados na generalização dos achados.

A agenda de pesquisa que decorre dessas limitações deve ser simultaneamente mais rigorosa metodologicamente — priorizando desenhos longitudinais, métodos mistos, indicadores padronizados de impacto e análises atentas a gênero, raça e interseccionalidade — e mais ambiciosa teoricamente, buscando construir uma teoria geral do EBC capaz de dialogar com debates internacionais sobre economias alternativas, pós-crescimento, pluralismo econômico e desenvolvimento humano. O Brasil, com a diversidade de suas experiências comunitárias — dos BCDs nordestinos às cooperativas agroecológicas do MST, das redes de artesanato quilombola às iniciativas de turismo de base comunitária —, dispõe de material empírico relevante para essa agenda. Cabe à comunidade científica do campo produzir conhecimento simultaneamente rigoroso, relevante e comprometido com o empoderamento das comunidades que constituem, a um só tempo, seu objeto de estudo e suas principais parceiras na construção do conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, I. L. F. de, Carvalho, R. M. C. M. de O., & Lyra, M. R. C. C. (2022). Comunidades estratégicas de apoio ao empreendedorismo de impacto socioambiental: Estudo de caso da "Comunidade B" de Pernambuco, Nordeste do Brasil. *Revista Brasileira de Gestão*

[https://doi.org/10.21438/rbgas\(2022\)092110](https://doi.org/10.21438/rbgas(2022)092110)

Andrade, B. A. de S., Cipriano, D. A. S., & Oliveira, K. M. (n.d.). Design e agroecologia impulsionando o empreendedorismo de base comunitária: Caso Hackathon PBH–Gastronomia.

Aromataris, E., & Munn, Z. (Eds.). (2020). *JB I manual for evidence synthesis*. JBI. <https://synthesismanual.jbi.global>.

Baptista, E., & Bartholo, R. (2010). Les entreprises sociales de base communautaire, nouveaux protagonistes pour un autre développement. Une étude sur quelques groupes productifs dans le contexte brésilien. *Innovations*, 33(3), 203–224. <https://doi.org/10.3917/INNO.033.0203>

Batista, M. L. P., Macêdo, E. M., Bezerra, A. K. L., & Barros, R. F. M. de. (2023). The rural community in Northeast Brazil: A scenario of reflection to formulate local development and sustainable entrepreneurship policies. *Revista de Administração Pública*, 57(1). <https://doi.org/10.1590/0034-761220220160x>

Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego. (2019). *Economia solidária* [Página institucional; Decreto nº 9.674, de 2 de janeiro de 2019, extinguiu a Secretaria Nacional de Economia Solidária, fragmentando suas competências em outras estruturas do Ministério da Cidadania]. <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/economia-solidaria>

Campbell, M., McKenzie, J. E., Sowden, A., Katikireddi, S. V., Brennan, S. E., Ellis, S., Hartmann-Boyce, J., Ryan, R., Shepperd, S., Thomas, J., Welch, V., & Thomson, H. (2020). Synthesis without meta-analysis

(SWiM) in systematic reviews: Reporting guideline. *BMJ*, 368, l6890. <https://doi.org/10.1136/bmj.l6890>

Campelo Filho, E., Rosa, A. G. F., Lopes Júnior, R. de M., & Caselli, F. de T. R. (2018). Economia solidária: A realidade das quebradeiras de coco babaçu no interior do Brasil. *Revista em Agronegócio e Meio Ambiente*, 11(4), 1239–1257. <https://doi.org/10.17765/2176-9168.2018V11N4P1239-1257>

Campos e Campos, C., Andrade, J. C. de P., Santos, J. de J. dos, Rosa, R. de O., & Estival, K. G. S. (2018). Empreendedorismo e negócios sociais como estratégias para o desenvolvimento comunitário: O caso do Escritório de Projetos da Universidade Estadual de Santa Cruz em Ilhéus/BA.

Cardoso, A. (2018). Towards another development. In *Development theory* (pp. 295–310). <https://doi.org/10.4324/9780429269400-29>

Castelo, J. L., Santos, S. M. dos, Silva Filho, J. C. L. da, & Silva, C. R. M. da. (2025). Community development and microcredit: Proposing an analytical framework for social innovation ecosystems. *Organizações & Sociedade*, 32. <https://doi.org/10.1590/1984-92302025v32n0003en>

Chaves, M. (2022). As relações entre competências coletivas e a autogestão de um empreendimento de economia solidária: Uma análise do Banco Comunitário Tupinambá, seus associados, clientes e os interesses coletivos da comunidade. <https://doi.org/10.29327/1231181.1-3>

De Tommasi, L., & Velazco, D. (n.d.). The production of a new discursive regime about slums in Rio de Janeiro and the many faces of community-based entrepreneurship.

Dias Ribeiro, S., & Fernandes De Müylder, C. (2014). Economia solidária – Em busca dos elementos essenciais da sustentabilidade e solidariedade. *Organizações & Sociedade*, 21(71), 581–613. <https://doi.org/10.1590/S1984-92302014000400003>

Ferreira, D. M., Shimbo, I., Castro, C. M. P. de, & Gandolfi, R. (n.d.). Solidarity economy as a territorial development strategy: The acting of an university incubator in São Carlos, SP Brazil.

Fonseca, A. G. da S., Silva, A. M., Machado, A. L. G., & Anjo, J. E. da S. (2022). Empreender no Quilombo: Artesanato como alternativa de renda de famílias quilombolas no Piauí. *Revista FSA*, 19(12). <https://doi.org/10.12819/2022.19.12.9>

França Filho, G. C. (2008). A via sustentável-solidária no desenvolvimento local. *Organizações & Sociedade*, 15(45), 219–232. <https://doi.org/10.1590/S1984-92302008000200002>

França Filho, G. C. de, Torres Silva Júnior, J., & Scalfoni Rigo, A. (2012). Solidarity finance through community development banks as a strategy for reshaping local economies: Lessons from Banco Palmas. *Revista de Administração*, 47(3), 500–515. <https://doi.org/10.1590/S0080-21072012000300013>

Gaiger, L. I. (2012). Por um olhar inverso: Prismas e questões de pesquisa sobre a economia solidária. *Sociedade e Estado*, 27(2), 313–335. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922012000200006>

Gallo, A. R. (2004). Empreendimentos econômicos solidários: Alternativas organizacionais de (re)inserção social e econômica. <https://doi.org/10.36311/1519-0110.2004.V5N2.409>

Haugh, H. (2007). Community-led social venture creation. *Entrepreneurship Theory and Practice*, 31(2), 161–182. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6520.2007.00168.x>

Higgins, J. P. T., Thomas, J., Chandler, J., Cumpston, M., Li, T., Page, M. J., & Welch, V. A. (Eds.). (2022). *Cochrane handbook for systematic reviews of interventions* (version 6.3). Cochrane. <https://training.cochrane.org/handbook/current>

Holanda, L. A. (2016). Empresarialização do turismo de base comunitária. *Caderno Virtual de Turismo*, 16(2), 1–15. <https://doi.org/10.18472/CVT.16N2.2016.1189>

Hong, Q. N., Pluye, P., Fàbregues, S., Bartlett, G., Boardman, F., Cargo, M., Dagenais, P., Gagnon, M. P., Griffiths, F., Nicolau, B., O'Cathain, A., Rousseau, M. C., Vedel, I., & Pace, R. (2018). Mixed methods appraisal tool (MMAT), version 2018. *McGill University*. <http://mixedmethodsappraisaltoolpublic.pbworks.com>

Liberati, A., Altman, D. G., Tetzlaff, J., Mulrow, C., Gøtzsche, P. C., Ioannidis, J. P. A., Clarke, M., Devereaux, P. J., Kleijnen, J., & Moher, D. (2009). The PRISMA statement for reporting systematic reviews and meta-analyses of studies that evaluate healthcare interventions: Explanation and elaboration. *BMJ*, 339, b2700. <https://doi.org/10.1136/bmj.b2700>

Lima, J. R. O. (2016). Economia popular e solidária e desenvolvimento local: Relação protagonizada pela organicidade das iniciativas. <https://doi.org/10.4013/OTRA.2016.1018.01>

Machado, R. E., Rafael, D. H., Cabral, S. M., & Figueiró, P. S. (2019). O empreendedorismo social como oportunidade de inclusão social: O

caso de uma cooperativa de reciclagem. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, 8(1), 156–178.
<https://doi.org/10.5585/GEAS.V8I1.13761>

Magallón, M.-M., & Sáenz, J. (2026). Revealing hidden impact: Social and solidarity economy enterprise networks and sustainable development in developing countries. *Sustainable Development*.
<https://doi.org/10.1002/sd.70652>

Massicotte, M.-J. (2014). Solidarity economy and agricultural cooperatives: The experience of the Brazilian Landless Rural Workers Movement. *Journal of Agriculture, Food Systems, and Community Development*, 4(3), 155–176.
<https://doi.org/10.5304/JAFSCD.2014.043.011>

Medeiros, A. C., & Cunha, E. V. da. (2012). Economia solidária e desenvolvimento local: A prática dos empreendimentos econômicos solidários na região do Cariri Cearense. *Desenvolvimento em Questão*, 10(21), 61–87. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2012.21.61-87>

Melquiades, I. (2015). Currency: Analysis of the economic potential of community development banks as instruments of public policies in Brazil.

Moher, D., Shamseer, L., Clarke, M., Gherzi, D., Liberati, A., Petticrew, M., Shekelle, P., Stewart, L. A., & PRISMA-P Group. (2015). Preferred reporting items for systematic review and meta-analysis protocols (PRISMA-P) 2015 statement. *Systematic Reviews*, 4, 1.
<https://doi.org/10.1186/2046-4053-4-1>

Morais, L. P., & Bacic, M. J. (2020). Contributions of the social and solidarity economy to the implementation of the sustainable

development goals and the construction of evaluation indicators:
The case of a settlement in Araraquara, Brazil.
<https://doi.org/10.46841/RCV.2020.01.05>

Munn, Z., Peters, M. D. J., Stern, C., Tufanaru, C., McArthur, A., & Aromataris, E. (2018). Systematic review or scoping review? Guidance for authors when choosing between a systematic or scoping review approach. *BMC Medical Research Methodology*, 18, 143.
<https://doi.org/10.1186/s12874-018-0611x>

Neves, E. O., Guedes, C. A. M., & Santos, K. C. dos. (2018). Empreendedorismo social e sustentabilidade: Um estudo de caso sobre o projeto "Mulheres em Ação jogando a limpo com a natureza" do IFNMG.

Page, M. J., McKenzie, J. E., Bossuyt, P. M., Boutron, I., Hoffmann, T. C., Mulrow, C. D., Shamseer, L., Tetzlaff, J. M., Akl, E. A., Brennan, S. E., Chou, R., Glanville, J., Grimshaw, J. M., Hróbjartsson, A., Lalu, M. M., Li, T., Loder, E. W., Mayo-Wilson, E., McDonald, S., ... Moher, D. (2021). The PRISMA 2020 statement: An updated guideline for reporting systematic reviews. *BMJ*, 372, n71. <https://doi.org/10.1136/bmj.n71>

Peredo, A. M., & Chrisman, J. J. (2006). Toward a theory of community-based enterprise. *Academy of Management Review*, 31(2), 309–328. <https://doi.org/10.5465/AMR.2006.20208683>

Pimenta, A. A., Bastos, F. F. F., Liberato, I. G., Ribeiro, R. M., Mesquita, M. do S. S., Lopes, F. L. de V., & Filho, J. W. A. G. (2022). Empreendedorismo social e economia solidária em uma comunidade rural: Cenário de possibilidades e desafios. *Brazilian Journal of Development*, 8(7). <https://doi.org/10.34117/bjdv8n7-221>

Pita, F. A., & Lima, J. R. O. (2020). Abrindo caminhos entre universidade e comunidade: Reflexões sobre desenvolvimento a partir de experiências vivenciadas por uma incubadora de economia popular e solidária e uma comunidade quilombola. <https://doi.org/10.25074/0196318.32.2086>

Pradhan, S., & Samanta, S. (2023). Global research on community-based enterprise: A bibliometric portrait. *Journal of Enterprising Communities: People and Places in the Global Economy*, 17(4), 793–814. <https://doi.org/10.1108/JEC-01-2022-0010>

Ratten, V., Ferreira, J., & Fernandes, C. (2016). Social entrepreneurship and fashion innovation in Brazil: A case study of crafty women (Mulheres Arteiras) and Rede Asta. In *Routledge handbook of entrepreneurship in developing economies* (pp. 246–260). Routledge. <https://www.taylorfrancis.com/books/9781138849143>

Rigo, A. S., & França Filho, G. C. (2017). O paradoxo das Palmas: Análise do (des)uso da moeda social no "bairro da economia solidária". *Cadernos EBAPE.BR*, 15(1), 169–193. <https://doi.org/10.1590/1679-395141258>

Rigo, A. S., França Filho, G. C., & Leal, L. P. (2015). Os bancos comunitários de desenvolvimento na política pública de finanças solidárias: Apresentando a realidade do Nordeste e discutindo proposições. *Desenvolvimento em Questão*, 13(31), 70–107. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2015.31.70-107>

Santos, A. M. dos. (2014). Os dilemas da organização popular no movimento da economia solidária no Brasil. <https://doi.org/10.4013/OTRA.2014.815.07>

Silva, C. M. da, Barrett, R. S., Mara, S., & Amancio, A. (2013). La economía solidaria: Una conexión con el desarrollo territorial de Niterói y São Gonçalo (Río de Janeiro, Brasil).

Teixeira, R. M., Schettino, G. C., Rodrigues, A. P., & Mendes, J. E. (2010). Empreendedorismo social e economia solidária: O caso da cooperativa de agentes autônomos de reciclagem de Aracaju (CARE). *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, 4(2), 13–27. <https://doi.org/10.12712/RPCA.V4I2.34>

Vasconcelos, A. C. van H., & Fernandes, V. D. C. (2015). Comunidade Chã de Jardim: Gestão socioambiental como promotora do desenvolvimento sustentável com foco na economia solidária. <https://doi.org/10.12660/CGPC.V20N67.47625>

Vidal, F. A. B., Faria, I. Q., & Moreira, M. V. C. (2005). Empreendedorismo social promovendo a inserção cidadã de famílias de baixa renda: O caso da FUNDESOL/CE–Agência de desenvolvimento local e socioeconomia solidária. <https://doi.org/10.20397/2177-6652/2005.V5I2.158>

Whistler, C. (2006). Entrepreneurship and "conscientious capitalism"? Economic solidarity within the Banco Palmas network. *Independent Study Project (ISP) Collection*, Paper 271. SIT Digital Collections, School for International Training. https://digitalcollections.sit.edu/isp_collection/271

¹ Universidade Estadual do Piauí, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-7505-2408>. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

² FUCAPE Business School, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-9394-3179>. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

³ Universidade Estadual do Piauí, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9729-4858>. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁴ Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6564-2720>. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁵ Universidade Estadual do Piauí, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-8339-7957>. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁶ Universidade Estadual do Piauí, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-3559-6759>. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)